

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ALFABETIZAÇÃO COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO
(CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER)**

LÉCIA FIGUEIREDO



NATAL/RN - 1997

LÉCIA FIGUEIREDO



**ALFABETIZAÇÃO COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO
(CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER)**

Monografia apresentada a disciplina prática de PESQUISA HISTÓRICA II, do Departamento de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado, em História.

Orientador: Prof. Wicliffe de Andrade Costa.

NATAL/RN - 1997

*Este trabalho é dedicado
a todos aqueles que acreditam
que ainda é possível
se construir um país melhor,
mais justo e mais livre
através da educação.*

AGRADECIMENTOS

- A Deus, em primeiro lugar, por me ter dado toda força necessária para que eu não desistisse de caminhar nessa longa estrada do saber. Em todos os momentos difíceis senti sua forte presença perto de mim a guiar meus passos.

- Ao Professor Wicliffe de Andrade Costa, pela orientação, dedicação e apoio à realização deste trabalho.

- A todos os professores do Curso de História da UFRN que contribuíram para formação do meu conhecimento acadêmico através de seus ensinamentos, dedicação e valiosas experiências.

- A todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, a concluir mais esta etapa de minha formação, em especial aos meus amigos, familiares e meu filho, a quem dedico este trabalho.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	07
2 - CONJUNTURA NACIONAL E ESTADUAL (1960 - 1964)	09
2.1 - Situação Política e Econômica	09
2.2 - Realidade Educacional	11
3 - DJALMA MARANHÃO NA PREFEITURA DO NATAL	15
3.1 - Idéias e Tendências	15
3.2 - Candidatura e Posse	16
4 - A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER	20
4.1 - Origem da Campanha	20
4.2 - Objetivos e Características	22
4.3 - Última Fase da Campanha	26
5 - POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL PÓS-64	29
5.1 - Novas Campanhas e Movimentos	29
5.2 - O Fracasso Escolar	32
5.3 - Resgatando a Educação	38
6 - CONCLUSÃO	41
7 - BIBLIOGRAFIA	42

*A árvore que não dá frutos
É xingada de estéril.
Quem examina o solo?*

*O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não havia neve sobre ele?*

*Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento,
Ninguém diz violentas
As margens que o cerceiam.*

Bertoldo Brecht.

1 - INTRODUÇÃO

No limiar do terceiro milênio ainda se ouve o ecoar dos gritos por socorro de toda uma legião de excluídos. Esses gritos têm os mesmos significados dos que foram ouvidos há décadas e décadas atrás. Isso não seria nenhuma novidade se não fosse o abismo, cada vez maior, que separa os bem-nascidos dos miseráveis sem terra, sem teto, sem trabalho, sem saúde, sem educação enfim, sem nada, os quais habitam essa imensidão de terras chamada Brasil e que parecem ter sido esquecidos por sua pátria-mãe pouco gentil.

Em plena era da informática, de potentes armas nucleares, satélites de comunicação e de todo um avanço tecnológico que a humanidade orgulha-se em ostentar e que permitiu a chegada do homem à Lua e a Marte, parece incoerente ou, no mínimo, fora de contexto, falar-se de assuntos como: analfabetismo, evasão escolar, reprovação em massa e todo um *bê-a-bá* que configura o lastimável quadro do sistema de ensino vigente no país, mais especificamente, no Nordeste.

Meis que surgem dúvidas, reflexões e valiosos questionamentos que, de certa forma, servem-nos para repensar os motivos de tamanhos desencontros. E em meio a tanta desesperança, sentimos a necessidade de resgatarmos a trajetória do que se configurou num dos mais bem sucedidos projetos de alfabetização do país. Trata-se do projeto de alfabetização **De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler**, que vigorou em Natal, Município do Rio Grande do Norte, no período de 1961 a 1964.

Tido como meta de Campanha do então candidato a Prefeito Djalma Maranhão e orientado teoricamente por Paulo Freire, cuja principal ênfase era dada à conscientização das massas populares, *De Pé No Chão* transformou-se num verdadeiro marco histórico do nosso sofrido e pouco brilhante passado educacional. Essa Campanha, pela sua grandiosidade e significação, serve-nos aqui de guia para encontrarmos a luz que norteie os caminhos tortuosos que vêm sendo trilhados pela educação no nosso Estado.

2 - CONJUNTURA NACIONAL E ESTADUAL (1960 - 1964)

2.1 - SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

O período que antecede o ano de 1964¹ é marcado por uma constante e crescente agitação política no Brasil. Tal agitação foi, pouco a pouco, ganhando a configuração de crise que não se limitou apenas na conjuntura política, mas estendeu-se na economia, na sociedade e, também, na educação nacional.

Na economia, os principais fatores contribuintes para o agravamento da situação foram a redução do índice de investimentos, a diminuição ou retenção da entrada do capital externo no país e a queda da taxa de lucro, gerando o agravamento da inflação que há muito já oscilava em patamares bastante acentuados e preocupantes.

No quadro político, as conturbações eram emergentes, agravando-se ainda mais após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, assumindo seu vice, João Belchior Marques Gulart. Esse foi o “pontapé” inicial que faltava para agravar a já preocupante política nacional. Isso porque João Gulart não era muito bem aceito pela classe dominante do país devido as suas intenções de reformar o Brasil – na verdade, era visto como um comunista. Como se isso não bastasse, João Gulart recebeu do Congresso um poder mutilado e enfraquecido,

¹ O ano de 1964 servirá de marco histórico por tratarmos, neste trabalho, da questão da educação do país em dois períodos distintos: o antes e o depois do Golpe Militar.

quando a atual situação exigia um governo forte e centralizado para efetuar as mudanças que o Brasil reclamava.

As mobilizações populares intensificavam-se exigindo reformas na estrutura da sociedade brasileira. Era um momento de intensa politização das massas. Os discursos populistas eram uma constante e as classes operárias começavam a ganhar força com as freqüentes campanhas de reivindicação salarial com comícios, assembléias, greves e debates em torno das reformas de base, agrária, tributária e universitária. A experiência cubana havia exercido um verdadeiro fascínio aos oprimidos de vários pontos do mundo, o que levou os Estados Unidos, temendo que algo semelhante acontecesse em outros países, a criar um programa de "cooperação" econômica denominado de "Aliança para o Progresso"².

Tudo isso repercutiu no campo da educação e da cultura, dando início, em vários pontos do país, inclusive no Nordeste, a campanhas e movimentos de educação e cultura popular, tendo como pano de fundo a proposta de conscientização política e social do povo. As matrículas no ensino fundamental aumentaram acentuadamente no período compreendido entre 1960 a 1964. Os estudantes universitários deram força ao movimento em prol da educação, através da UNE (União Nacional dos Estudantes)³, engajando-se na luta pela

² A interferência norte-americana nas coisas da educação nacional, camuflada de "assistência técnica", já vinha de longa data e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. Esses interesses se manifestaram desde o início da Guerra Fria e cresceram no final dos governos Dutra e JK, tendo atingido seu auge no governo de Castelo Branco ocorrendo, assim, a desnacionalização do campo educacional, em proporções nunca vistas anteriormente.

³ A UNE acreditava que só através da conscientização das massas, em grande escala, seria possível fazer frente ao poder econômico que produzia alienação em massa. (GÓES, 1985:29).

organização da cultura com vista a uma transformação estrutural da sociedade brasileira.

No Rio Grande do Norte, quando Aluizio Alves assumiu o governo em 1961, não encontrou muitas dificuldades em receber o apoio da Aliança para o Progresso. Com seu contraditório programa que era explicitamente favorável a um "progresso" duvidoso, e ao mesmo tempo, suficientemente conservador para não trazer grandes mudanças para o Estado, o que, em outras palavras, não representava nenhum perigo potencial para evolução da esquerda no Estado do Rio Grande do Norte, serviu para tranquilizar o governo americano. Em outras palavras, enquanto o país encontrava-se num estado de verdadeira efervescência política, a "mão protetora" norte-americana já tratava de proteger os seus interesses fornecendo capital para o desenvolvimento de projetos que não trouxessem perigo algum à grande Nação Americana, e que pedia em troca, "apenas" a obediência ao seu *bê-a-bá* ideológico o qual foi incutido sutilmente na cabeça dos filhos da educação brasileira. Foi um preço muito caro que tivemos que pagar no passado e que continuamos a pagar no presente.

2.2 - REALIDADE EDUCACIONAL

A partir de 1960 teve início a grande influência do pensamento econômico neoclássico dos EUA, introduzido no âmbito educacional e disseminado para todos os países subdesenvolvidos. Passou-se a crer na idéia



de que a "inteligência" poderia resolver todos os problemas desses países⁴. Mediante a eliminação das estruturas geradoras das desigualdades, seria capaz de se atingir a "igualdade" econômica e social, através do investimento no capital humano. Tal fato despertou o caráter ideológico dessa concepção que na verdade escondia o medo do socialismo emergente, e suas conseqüências na política educacional em nosso país.

Esse período marcou o início da cruzada contra o analfabetismo, e era levantada a bandeira em todo o país para se alfabetizar a grande massa popular. Esse objetivo seria atingido mediante a instalação do maior número possível de escolas e cursos, a curto prazo.

Nesse momento, a educação de base passou a ser entendida como o processo educativo destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura, da escrita, da aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene, tudo isso com o objetivo de que cada homem pudesse desenvolver-se e procurar a melhor forma de "ajustamento social". A importância dessa cruzada tinha ainda outra finalidade: mobilizar o homem e inseri-lo no sistema de produção nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1961, foi uma "oportunidade" para a sociedade brasileira organizar seu sistema de ensino dentro desta concepção que o momento, em termos de desenvolvimento, reivindicava. De forma bem genérica, seu texto defendia a idéia de um modelo de sistema educacional que o povo e o país tanto precisava. Sua abrangência

⁴ Nos países de Terceiro Mundo, é costume colocar o peso da responsabilidade da solução de todos os problemas de ordem econômico, político e social na questão educacional.

correspondia à compreensão da educação como um fator de desenvolvimento e como requisito básico para fazer valer um verdadeiro regime democrático.

Entre os anos de 1960-1964, vários foram os movimentos de educação que surgiram no Brasil guiados por esse pensamento, entre eles, podemos destacar: o MCP (Movimento de Cultura Popular), o CPC (Centro Popular de Cultura), o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler*, esta última encabeçada pela Prefeitura da cidade do Natal a partir do mês de fevereiro de 1961, utilizando como orientação teórica o Método Paulo Freire, cuja principal ênfase era dada à conscientização das camadas populares.

Nesse mesmo período, a situação educacional em Natal era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos. Havia apenas dez unidades de ensino e oitenta e seis pequenas escolas mantidas pela Prefeitura⁵.

Na medida que as possibilidades de freqüentar a escola diminuían para as populações pobres, as elites eram premiadas com a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Enquanto os doutores iam surgindo, o ensino primário ficava cada vez mais em segundo plano.

Em 1962, o Governo conseguiu junto à Aliança para o Progresso vinte milhões de dólares. Parte desse dinheiro seria aplicado no melhoramento e ampliações do sistema de educação primária e básica. O plano previa a construção de 1.175 salas de aula, formação de 3.000 professores em cursos intensivos e alfabetização de 100.000 adultos. Foi com parte desse recurso que

⁵ Segundo o censo de 1960, Natal contava com 154.276 habitantes e tinha mais de 30.000 analfabetos, entre adultos e crianças, sem escolas. Isso sem citar a realidade do restante do Estado. (IBGE).

se deu início ao desenvolvimento da famosa experiência de Paulo Freire no Rio Grande do Norte.

Infelizmente o programa teve vida curta. Isso porque Aluízio Alves e o Subcoordenador da Aliança para o Progresso, Mister S. J. Gionfrido não quiseram assumir o “risco” da politização e conscientização decorrentes do processo de alfabetização, reduzindo o espaço da experiência que não passou de Angicos e Natal. O método foi encarado como uma “fábrica de revolução” e em 1963, a remessa de recursos para educação foi suspensa e ocorreram várias interferências na ação administrativa do projeto, provocando restrições, demissões e, por fim, o término da Campanha.

3 - DJALMA MARANHÃO NA PREFEITURA DE NATAL

3.1- IDÉIAS E TENDÊNCIAS

Djalma Maranhão foi um verdadeiro revolucionário. Chegou à Prefeitura do Natal por duas vezes: a primeira em 1956, quando na ocasião, suas idéias se identificavam com a causa popular, ao passo que entravam em conflito com as do grupo dominante. Em consequência disso, foi considerado como um “elemento estranho” à frente da Prefeitura. Em 1959, rompeu com Dinarte Mariz – legítimo representante da oligarquia algodoeira e pecuária do Estado –, renunciando ao cargo de Prefeito e assumindo a Câmara Federal como primeiro suplente que era desde o pleito de 1958. Permaneceu nesse cargo até 1960, quando voltou a assumir a Prefeitura do Natal pela segunda vez, agora como primeiro Prefeito eleito pelo povo, derrotando Luiz de Barros.

O seu programa de governo trazia as marcas dos comitês e das convenções nacionalistas. Por isso mesmo, à base de reivindicações populares, a educação e a cultura foram definidas como meta principal do seu governo.

A marca do seu governo, e também seu maior mérito, foi ter desenvolvido um trabalho voltado para coletividade e o bem comum. Defendeu a emancipação política do país, a valorização do trabalho, o respeito à dignidade da pessoa humana e as liberdades democráticas – idéias básicas as quais representavam a doutrina nacionalista. Devido a essa postura recebeu o apoio de vários sindicatos, dos estudantes e dos funcionários públicos.

É curioso notar seu amor, seu zelo pelo Brasil e o desejo de libertação das massa oprimidas. Durante sua vida política ele sempre deixou claro em seus discursos a sua indignação de sermos dependentes dos países desenvolvidos. Segundo ele, um país essencialmente agrícola seria sempre um país subdesenvolvido, dependente, produtor de matéria-prima para as nações industrializadas. Só via um caminho para sairmos de tal situação, percorrer um caminho que passasse pela abolição do analfabetismo, reformas agrária e política e grande investimento na industrialização do país. Nos seus discursos, costumava dizer: "não somos contra os estrangeiros, somos sim, contra ao capital estrangeiro no seu aspecto colonial. (...) Encontramo-nos hoje perante um Brasil humilhado, um país subjugado, que quase não reage, e cujas manifestações se perdem no eco longínquo das manifestações das ruas"⁶. Ele se dizia esperançoso de que o Brasil ainda marcharia para uma luta mais forte, mais patriótica, em busca da nossa libertação da tutela imperialista. E foi sobre essa base teórico-ideológica que se pôs em prática a ação pedagógica da Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*.

3.2 - CANDIDATURA E POSSE

Chegar à Prefeitura do Natal não foi nada fácil para Djalma Maranhão. Sem dinheiro para a Campanha, ele recorreu ao povo através dos Comandos

⁶ A Ordem, Natal, 03 de abril de 1962, p.3.

Populares, encarregados de organizar a Campanha eleitoral em todos os seus detalhes. Esses Comandos eram compostos por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de bairros. Foram criados Acampamentos Nacionalistas, espécie de barracas cobertas de lona e instaladas nas proximidades dos mercados e das feiras, onde, além do alistamento eleitoral, existiam urnas onde o povo contribuía financeiramente para a movimentação política. Era o início da “Campanha do Tostão contra o Milhão”. Por isso se dizia que a força política de Djalma Maranhão repousava na força do povo.

Esses Acampamentos Nacionalistas assemelhavam-se com os acampamentos que mais tarde iriam ser instalados para dar andamento à Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Nestes acampamentos contavam-se com 240 comitês para uma população de 154.276 habitantes, em 1960. Lá, os moradores reuniam-se não só para discutir os problemas da Campanha política, mas também os problemas do bairro, problemas sociais que afligiam o povo, os baixos salários, a falta de segurança, de educação, e tantos outros assuntos, todos identificados com o dia-a-dia do povo.

Tal modelo de Campanha eleitoral foi de grande valia, pois ao assumir o Governo do Município de Natal, Djalma Maranhão tinha em mãos um “diagnóstico” real dos problemas de cada bairro, podendo dizer, com toda certeza, que ele havia levado para a Prefeitura um programa que correspondia aos anseios do povo, devido ao fato de o mesmo ter vindo, realmente, de baixo para cima. O modo como a Campanha política de Djalma Maranhão foi organizada, levando o povo a participar de forma ativa, como comandantes e não comandados, foi considerado um exemplo dos mais ricos a ser seguido.

Sua posse foi marcada por um clima de grande festividade popular, com a presença de blocos carnavalescos, conjuntos de danças folclóricas, apresentação dos Comitês Nacionalistas e líderes políticos locais. O cargo lhe foi transmitido pelo Dr. Erivaldo Martins, Juiz eleitoral da 1ª Zona, devido a falta de comparecimento do Prefeito José Pinto Freire, do primeiro e segundo vice-Presidentes da Câmara Municipal, deixando clara a oposição desses ao seu Governo.

Ao primeiro contato com a Prefeitura Djalma Maranhão defrontou-se com o primeiro problema a ser resolvido: o crescente aumento dos gastos não vinham acompanhando o crescimento da receita. Tal problema, entretanto, foi superado no decorrer do seu mandato, em consequência da adoção de uma política tributária mais eficiente, acompanhada de medidas concretas de contenção de despesas que possibilitaram sua efetivação. Já em 12 de março de 1964, a receita havia ultrapassado a casa dos novecentos milhões, enquanto a despesa atingia um montante em torno dos oitocentos e vinte milhões, revelando nesse fato, a capacidade administrativa de Djalma Maranhão.

Durante sua administração foram realizadas uma série de obras, sempre ligadas aos interesses populares, sendo algumas delas: construção do Centro de Formação de Professores, Galeria de Arte, o Mercado das Rocas, o Palácio dos Esportes, a Estação Rodoviária, asfaltamento e iluminação do centro da cidade, dentre tantas outras, que lhe deram o mérito de ser conhecido como o "Prefeito do Subúrbio". Além disso, também havia de sua parte um grande apoio

às mobilizações populares e ao desenvolvimento de uma prática política frente à Prefeitura, sempre voltada para os setores explorados da sociedade⁷.

⁷ Diante de tais obras, de seus pensamentos e ideais políticos, é fácil compreender porque Djalma Maranhão não era bem aceito pelas classes dominantes de Natal, razão pela qual era tido como comunista por seus inimigos.

4 - A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

4.1 - ORIGEM DA CAMPANHA



Durante o período compreendido entre 1960-1961, teve início em algumas regiões do Brasil a formação, cada vez mais crescente, de um verdadeiro movimento em prol da cultura popular. Tais movimentos foram de grande contribuição para educação do país, na medida que abriram espaço para pensamentos renovadores, trouxeram para seu meio alguns intelectuais da época e deram a muitos a oportunidade de práticas de cultura popular que vieram a entrar em conflito com a educação conservadora vigente àquela época.

A Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler* fez parte desse momento singular na História da Educação do nosso país, transformando-se num verdadeiro tempo de alvorada, breve alvorada.

Sua origem foi fruto dos compromissos eleitorais do então candidato a Prefeito da Cidade do Natal, o Sr. Djalma Maranhão, no ano de 1960, e consolidada através das listas de reivindicações de base feita pelo povo, as quais revelavam dois importantes anseios: escola para todos e a erradicação do analfabetismo na capital do Rio Grande do Norte. Estava traçada então a plataforma do candidato que veio a se tornar vitorioso nas urnas com 66% dos votos.

Ao tomar posse o Prefeito Djalma Maranhão escolheu para comandar a Secretaria Municipal de Educação o Sr. Moacyr de Góes, e juntamente com o

povo, criaram o grupo de trabalho de Educação Popular, responsável pela sistematização inicial da Campanha que escolheu o bairro das Rocas como área piloto da experiência. Contudo a Prefeitura viu-se diante de uma grande dificuldade: precisava erradicar o analfabetismo mas não havia dinheiro para construir escolas. Foi então que o povo surgiu do com uma brilhante idéia: Já que não havia dinheiro para a construção de escolas feitas de alvenaria, por que não fazer escolas de palha? A proposta foi aprovada e a 23 de fevereiro de 1961 tinha início a Campanha, com a construção de uma escola coberta de palha de coqueiro e chão de barro batido que foi chamada de Acampamento Escolar das Rocas⁸. Foi apenas a primeira dentre tantas outras que foram construídas nesse período.

Surgia assim uma escola erguida sem paredes e sem portas, inteiramente aberta à comunidade a qual trazia como características principais aspectos criativos que revelavam a verdadeira intenção: o compromisso com a educação das camadas pobres. Durante o ano de 1961, foram construídos cerca de nove desses acampamentos, localizados nos bairros das Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Aparecida e Igapó, todos funcionando em três turnos.

O nome da Campanha "*De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler*" surgiu de uma reportagem feita pelo jornalista Expedito Silva, na qual o mesmo relatava o fato de que na Cidade do Natal (...) "*até de pé no chão também se aprende a ler, porque de agora em diante educação não será mais privilégio de poucos, pois todos terão acesso à escola, até mesmo sem fardas, de qualquer roupa e até mesmo sem calçados*"⁹. Era o início do sucesso e do reconhecimento da Campanha.

⁸ Um acampamento escolar era integrado por quatro galpões que mediam aproximadamente 30mX8m, divididos em quatro classes cada um e mais um galpão em forma de círculo, o qual se destinava a recreação, reuniões de pais e professores e à realização de festas comemorativas. (GÓES, 1985:24).

⁹ Arquivo Público. Secretaria de Educação e Cultura, p. 6.

4.2 - OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

No decorrer do seu processo, a Campanha *De Pé No Chão* enfrentou basicamente três grandes desafios: o problema da criação de espaço físico, da qualificação do seu pessoal docente e a criação de seu próprio material didático. A estes respondeu sempre com soluções criativas na medida do possível, refletindo suas características de movimento pobre que tentava superar dificuldades com suas próprias forças, em meio a uma sociedade de Terceiro Mundo, num estado nordestino e, conseqüentemente, pobre.

A saída encontrada para responder as dificuldade que se apresentavam foi a criação de uma série de projetos que sinalizavam etapas importantes a serem vencidas pela Campanha. Entre os projetos contam-se:

- **Ensino Mútuo** - que tinha a finalidade principal resolver o problema da alfabetização de crianças e adultos. Funcionava da seguinte forma: durante o dia as crianças estudavam e à noite era a vez dos adultos, na maioria das vezes, pais de crianças que estudavam no próprio acampamento. O ensino era realizado pelos secundaristas com uma metodologia tradicional, pois nesse momento ainda não havia sido aplicado o Método Paulo Freire nem tinha sido editado o seu livro de leitura para adultos.

- **Praças de Cultura** - consistia na urbanização de uma área em torno de um parque infantil, com quadra de esporte e posto de empréstimo de livros (bibliotecas populares), visando o incentivo à leitura de crianças e adultos.

- **Centro de Formação de Professores** - atuavam em três níveis: Curso de Emergência para o treinamento de monitores destinados à Campanha

num intervalo de três meses; Colégio Pedagógico que atuava na formação de professores em três anos; e a Escola de Demonstração, prédio construído de alvenaria e devidamente instalado nos moldes acadêmicos.

•**Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão** -

cursos de iniciação profissional destinado à camada carente, os quais abriam um novo horizonte positivo de expectativas no mercado de trabalho.

•**Interiorização da Campanha** - criação de Convênios de

assessoramento técnico-pedagógico com sete prefeituras do interior do Rio Grande do Norte, com a previsão de quarenta convênios para o ano de 1964.

•**Aplicação do Método Paulo Freire** - o conhecimento passou a ser

construído como resultante de duas vertentes, a acadêmica e a popular, e cada nascente oferecia uma contribuição valiosa para o processo de educação.

•**Escola Brasileira Construída Com Dinheiro Brasileiro** - foi a

primeira ajuda financeira recebida do Governo Federal (Ministro Paulo de Tarso), ~~onde~~ foram construídas pequenas salas de aula de alvenaria, partindo de estruturas metálicas pré-fabricadas. O nome desse projeto revelava ainda, o conflito ideológico existente entre Djalma Maranhão na Prefeitura Municipal do Natal e Aluizio Alves no governo do Estado, sendo este último acusado de ampliar a sua rede escolar de ensino com o financiamento norte-americano da Aliança Para o Progresso.

O problema do material didático era uma questão que precisava ser revista, já que a linguagem existente nas cartilhas tradicionais, em nada tinha a ver com a proposta da Campanha. Foi então que, a partir de 1962, *De Pé No Chão* passou a produzir seu próprio material didático, utilizando a metodologia

conhecida como "unidades de trabalho". Tal metodologia utilizava-se de uma linguagem compatível com o modo de se expressar dos alunos e com exercícios e práticas também compatíveis com a realidade na qual estavam inseridos, utilizando palavras identificadas com o dia-a-dia da população, dando ênfase ao seu contexto e a experiência de vida de cada um. Dessa forma, a escola aproximava-se do mundo concreto do aluno, e é claro, fazia com que o interesse, a participação e o aproveitamento do mesmo fosse bem maior.

Além disso, a Campanha *De Pé No Chão* preocupava-se com outros aspectos que, se não estavam diretamente ligados à educação das camadas populares, eram, no mínimo, fatores preponderantes para seu sucesso. Foi então que se passou a buscar soluções para carências como a falta de verba para merenda escolar que foi solucionada através da idéia da criação de aviários e hortas escolares localizadas dentro do próprio acampamento, trabalhados pelas próprias crianças, associando assim o trabalho à educação. Essas hortas serviam ainda de prática de incentivo a criação de hortas nos quintais das casas dos alunos visando suprir a carência de alimentos daquelas famílias.

A recreação ocupava um lugar de destaque na Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler*. A recreação infantil era realizada através de danças, cantos, jogos, brincadeiras populares, tudo com o objetivo de divertir, educar e diminuir a evasão escolar, aproximando a escola cada vez mais do aluno, de seus interesses e de sua realidade. Os pais também participavam dessa recreação nos acampamentos, juntamente com seus filhos. Tal prática tinha a finalidade de promover uma melhor integração familiar.

Embora não tenhamos números exatos em termos estatísticos, a Campanha *De Pé No Chão* apresentou os seguintes dados quantitativos:

Discentes matriculados:

Em 1961: 2.000 alunos em março e 8.000 alunos em dezembro;

Em 1962: 15.000 alunos;

Em 1963: 17.000 alunos só em Natal (não há dados do interior).

Docentes qualificados:

Em 1961: 243 monitores;

Em 1962: 410 monitores e 26 orientadores/supervisores;

Em 1963: 500 monitores e 32 orientadores/supervisores.

Índices de aprovação:

1961: 60%;

1962: 74%;

1963: 85%.

Outro dado revelador é o de que o custo-aluno médio anual da Campanha ficava em torno de dois dólares, dado surpreendente até para nossos dias¹⁰.

¹⁰ GOÉS, 1985:25.

4.3 - ÚLTIMA FASE DA CAMPANHA

Em 1963, Paulo Freire, a pedidos do então Ministro da Educação Darcy Ribeiro, passou a trabalhar juntamente com a SUDENE e técnicos americanos da USAID. Sua principal função seria a de discutir com os técnicos desses órgãos a aprovação de projetos de educação para o Nordeste e a aplicação de seu Método de ensino.

A famosa experiência de Angicos data dessa época, onde um mês após a implantação do Método Paulo Freire, trezentos alfabetizados já estavam lendo e escrevendo. Tal experiência serviu para que o Método fosse aperfeiçoado, ganhando divulgação e reconhecimento nacional, e ainda, para que Paulo Freire fosse convidado a coordenar o Plano Nacional de Alfabetização, o qual tinha a finalidade de criar na capital de cada Estado, equipes centrais de treinamento que multiplicariam os quadros docentes e, em seguida, poriam o Método em prática de forma maciça.

Num apanhado geral, a Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler* caminhava a passos largos, expressando resultados positivos, juntamente com a proliferação dos movimentos de cultura popular que buscavam caminhos alternativos frente as propostas tradicionais e conservadoras de educação.

Contudo, o ano de 1964 trouxe uma amarga surpresa: os militares tomaram o poder no Brasil, e na reorganização do Estado optaram pela coerção como melhor caminho para difundir a sua concepção de mundo. Os setores mais progressistas, os intelectuais comprometidos com a revolução, com o

reformismo, ou mesmo com a melhoria da vida das classes menos favorecidas foram perseguidos. Após o golpe, teve início um longo e triste período na História do Brasil, e a repressão foi a primeira medida adotada pelo regime militar, providenciando um verdadeiro “cala boca” dos projetos em andamento. Foi assim que o Programa Nacional de Alfabetização, o qual utilizava o Método Paulo Freire foi liquidado em termos estruturais e financeiros.

No Rio Grande do Norte, os integrantes da equipe dirigente da Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler* foram presos por seis meses, no mínimo, e no lugar de Moacyr de Góes, um oficial da Marinha de Guerra assumiu o “comando” da Secretaria de Educação do Município de Natal, ordenando o abandono dos acampamentos e a incineração dos acervos das bibliotecas populares. Djalma Maranhão, como numa tentativa de não deixar morrer a esperança, divulgou uma nota em defesa da legalidade democrática e convocando o povo para se manter em permanente estado de alerta nos sindicatos, diretórios, órgãos de classe e sociedades de bairros. No mesmo dia, no mesmo jornal e na mesma página, o Contra-almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque deixava claro que não seria tolerada a perturbação da ordem pública, atentados a pessoas e à propriedade privada. Advertia ainda ao povo em geral e, principalmente, às classes operárias e estudantes, que era terminantemente proibida as aglomerações, passeatas e comícios. Tal determinação deveria ser cumprida, mesmo que para tal fosse preciso o emprego violento de força.

Contudo, não houve nenhuma tentativa concreta de resistência. No dia 1º de abril, logo pela manhã, as Forças Armadas ocuparam os principais

pontos da cidade, cercando alguns sindicatos e dissolveram uma assembléia dos estudantes que se realizava no Restaurante Universitário. A Prefeitura foi tomada, Djalma Maranhão, deposto,^e foi colocado um ponto final não só na Campanha *De Pé No Chão*, mas no sonho de muitos que acreditaram que ela seria capaz de mudar o rumo da vida de muita gente.

5 - POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL PÓS-64

5.1 - NOVAS CAMPANHAS E MOVIMENTOS

Referindo-se ao estudo da política educacional no Brasil pós-64, constatamos que esta revela um sentido de contenção social de forma dissimulada. Percebemos também, que a repressão foi a primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe. Repressão a tudo e a todos que, de alguma forma, passaram a ser considerados "suspeitos"¹¹.

Assim sendo, e como não poderia deixar de ser, após a instauração do Governo Militar no Brasil em 1964, o sistema educacional brasileiro ganhou uma nova configuração. Devido a subida ao poder dos defensores do privatismo na educação, passou a ocorrer a desmontagem e a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino.

Para tanto, lançaram mão de uma receita bastante simples: as verbas públicas destinadas ao ensino foram transferidas às escolas particulares que se encarregariam da escolarização das crianças e dos jovens. Apenas onde a iniciativa privada não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda. A partir desse momento, a educação passou a ser um grande negócio.

¹¹ Os defensores do ensino público e gratuito foram tidos como subversivos, termo muito utilizado nessa época pelos militares empenhados na repressão.(CUNHA, 1985:37).

Por esse motivo e por tantos outros, é que a imagem da escola não permaneceu intacta aos ventos de mudanças mundiais e nacionais a partir do ano de 1968. Ao contrário, provocou uma série de profundas alterações na consciência daqueles que faziam parte do processo educativo em nosso país. Isso porque o ano de 1968 marcou um deslocamento radical dos pontos de vista teórico e prático na política, como um todo, e na política educacional, em particular.

Basicamente, a primeira questão geradora desse deslocamento radical foi a contestação por parte dos pedagogos se a escola poderia suportar o peso do compromisso firmado há tanto tempo, no que diz respeito à libertação ou redenção do homem moderno.

Foi a partir de 1968 que filósofos e pedagogos passaram a questionar a posição social que a escola ocupava e sua eficácia enquanto responsável pela formação intelectual do indivíduo.

Nesse mesmo período surgiram projetos espalhados por todo o Brasil, organizados pelo Governo Militar e patrocinados pela Aliança para o Progresso, que tinham como disfarce, o desafio de dar uma resposta séria e efetiva às necessidades das crianças pertencentes às camadas populares. Contudo, esses projetos nunca tiveram as dimensões nacionais e estaduais dos programas que reuniram o estudantado, a Igreja e o governo populista brasileiro.

As medidas tomadas pela política educacional referentes à escolarização da camada mais pobre da população dessa época, que



apresentavam baixos desempenhos escolares, veio em forma do Mobral¹² e do Projeto Minerva¹³. A partir de então, o analfabetismo passou a ser definido como uma “vergonha nacional” ou uma “mancha”, desviando para a área educacional a discussão sobre as causas do atraso, do progresso e da pobreza.

O conteúdo dos cursos de alfabetização e dos supletivos às últimas séries do 1º Grau, via rádio e televisão, estavam repletos de mensagens que legitimavam o Estado, bem como as funções ideológicas do Mobral procuravam legitimá-lo.

Nota-se que todos os trabalhos surgidos neste primeiro momento, privilegiavam, enquanto enfoque de análise, a ótica da reprodução das relações sociais de produção, da estrutura de classe e da dominação ideológica a partir da perspectiva dos interesses das classes hegemônicas.

Em suma, a face que surge após o golpe de 1964, e mesmo os movimentos em prol da educação pós-68, ainda não refletiam a imagem de um projeto sério, voltado para as classes menos privilegiadas.

Contudo, após a saída dos militares do poder e com a chegada de “novos ventos de mudança”, percebe-se que o rumo da discussão mudou. Partiu-se da questão: onde e a quem ensinar, para uma outra mais preocupante: como aprender, onde e com quem aprender. Nesse momento notamos que a análise crítica do papel desempenhado pela escola passou a necessitar de uma compreensão mais abrangente, a qual envolve a ação da comunidade de massa, da atual estrutura da família, de como as empresas estão funcionando e de onde

¹² Movimento Brasileiro de Alfabetização, que tinha como meta principal reduzir a proporção de analfabetos para menos de 10% em uma década apenas. (GÓES, 1985:56).

surge a ordem de desigualdade social vigente a qual substitui os valores da cultura popular.

A escola agora assume uma nova função: a de aparelho ideológico ^{que} onde; usando de disfarces bem trabalhados, passou a inculcar “novas” formas de pensar, sentir e agir das classes dominantes, como sendo da sociedade como um todo.

O sistema escolar hoje ganhou a configuração de uma indústria cultural devido ao fato de trazer no seu interior personagens que quase sempre se confundem: o professor passou a ser o “operário” do saber; o aluno a “matéria-prima” a ser trabalhada e o conteúdo a “produção” a ser atingida. É gritante e ao mesmo tempo lastimável, que após tantos anos, a realidade em que se encontra o sistema de ensino do país, no qual a quantidade tomou o lugar da qualidade, ainda não tenha encontrado resposta ao sonho de milhares de brasileiros carimbados com o passaporte do analfabetismo, rumo a um futuro incerto e sem perspectiva de dias melhores.

5.2 - O FRACASSO ESCOLAR

A partir de 1964 a educação escolar brasileira foi alvo de uma multiplicidade de leis, decretos, pareceres, resoluções, portarias, e, dentre as

¹³ Lançado no mesmo período do Mobral, fazia parte da rede de ensino supletivo que utilizava o rádio e a televisão como veículos de alfabetização. (GÓES, 1985:56).

quais, destaca-se a lei 5.692/71, que veio para reformular a lei 4.024, também conhecida como LDB ou Lei de Diretrizes e Bases¹⁴.

Analisando seu texto de forma bem genérica, concluímos que a lei 5.692/71, instaurou de forma efetiva a expansão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, dando a ação educativa uma direção profissionalizante de acordo com o suposto interesse das classes populares. Visava ainda, melhorar a qualidade do ensino aplicando verdadeiras "prescrições técnicas" que tinham como objetivo principal o aumento da eficiência e da produtividade, tudo isso de forma democrática.

Contudo, passadas algumas décadas notamos através de inúmeras evidências que seus objetivos não chegaram a se transformar em realidade. Um estudo um pouco mais séria do real estado das escolas em nosso país faz com que nos salte aos olhos a imensa distância que separa a intenção de um dispositivo legal, da realidade gritante.

De acordo com os analistas da educação brasileira, foi a partir de 1964 que a verticalização do poder, através da segmentação do saber, conseguiu atingir maiores proporções. Em nome do aprimoramento técnico, da eficiência e da produtividade do sistema foi gerada, de forma bastante mascarada uma "produtividade improdutiva" transformando o sistema escolar numa força neutralizada da burocracia.

¹⁴ A Lei de Diretrizes e Bases gerou a mais longa discussão da questão da educação em nível nacional que já ocorreu neste país. Teve início em 1948, na discussão do Projeto Mariani, incendiou-se com o Substitutivo Lacerda, esfriou-se um pouco mais com a polêmica da promulgação da Lei 4.024 em dezembro de 1961, prosseguindo os questionamento até o ano de 1964, quando o Golpe Militar "calou a boca" da nação, voltando em cena em 1971 quando foi votada e aprovada a Lei 5692.

A partir de então a mentalidade militarista e tecnocrática passou a dominar todo o país. Em nome da reforma do ensino escolar garantiu a continuidade da estrutura social e do modelo econômico, mediante a descontinuidade política.

A política educacional da ditadura teve como meta principal o ensino profissionalizante. Para isso, acabou com os cursos clássico e científico, que preparavam para o vestibular. Parecia o disfarce perfeito: em nome do preparo dos jovens para o mercado de trabalho, era afastado dos mesmos o sonho de uma vaga em um curso superior.

Nesse momento, acentuou-se o choque de interesses das classes antagônicas e, como não poderia deixar de ser, esse confronto não se deu entre partes com igualdades de condições. Devido ao controle que detinham sobre o aparelho do Estado as classes dominantes, evidentemente, levaram e levam vantagem nesse embate. Isso fica claro quando se analisa a "revolução" do sistema de ensino. Pois seus objetivos não podem ser alcançados na sociedade brasileira atual por um simples motivo: vivemos numa sociedade capitalista, e assim sendo, a promessa liberal de igualdade de oportunidades não pode ser cumprida, principalmente num país capitalista da América Latina.

Então o fracasso escolar torna-se uma consequência inevitável, servindo de apoio para toda uma estrutura de sustentação do capitalismo. A miséria, o desemprego, a desestruturação da família, fora as limitações naturais de cada um.

Surge então, a interpretação do fenômeno do fracasso escolar que consiste nas altas taxas de evasão e repetência na escola brasileira, assim como

também, a incorporação da idéia de que o mesmo precisa ser enfrentado pela política educacional, são bem recentes. Tal interpretação e sua conseqüente incorporação fazem uso do questionamento, não do aluno, mas sim da relação existente entre a escola e as camadas populares na sociedade brasileira atual. Para isso, surge a necessidade de que os profissionais da educação tenham o conhecimento das especificidades de cada criança, os padrões, os valores, as experiências, a cultura, o projeto de vida de sua classe, o significado que a escola pode ter para ela, enfim, devem compreender o todo que envolve o universo do aluno.

São pontos que se interligam gerando um todo problemático que, ao se chocar de frente com um sistema escolar que quase nunca leva em consideração a realidade do aluno, transforma-se numa variedade de sinônimos preocupantes, tais quais: analfabetismo, evasão escolar, reprovação em massa, estagnação do saber, estrangulamento do sistema educacional brasileiro, enfim, o espelho da folha convergindo para o mecanismo de rejeição impiedosa, que acha mais fácil rotular o aluno de burro, incompetente e desajustado, que trabalhar em cima de suas limitações tentando superá-las.

Para melhor compreensão desse problema podemos citar o exemplo dos métodos utilizados para alfabetizar. E nesse ponto, para Paulo Freire (1979:13), "*a concepção ingênua do analfabetismo, na melhor das hipóteses, o encara como uma 'erva daninha' – daí a expressão corrente 'erradicação do analfabetismo'. Alfabetização assim, se reduz ao ato mecânico de 'depositar' palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos. Escrita e lida, a palavra é como se fosse um amuleto, algo justaposto ao homem que não a diz, mas simplesmente a*

repete". A construção da palavra deveria ter um tratamento diferenciado levando em conta a experiência de vida de cada indivíduo, do contrário, não teria sentido.

Contudo, o método utilizado na alfabetização não é a única causa do fracasso escolar. Deve ser levada em consideração outras causas que correspondem às perdas que sofre a escola no desenvolvimento do processo de ensino. Nessas últimas quatro décadas pudemos verificar que este fenômeno tem sido marcante na escola brasileira. A cada novo ano as escolas públicas vem detectando altos índices de fracasso escolar.

Segundo estudos, há um número de alunos que se classifica no grupo de evasão imediata, estes se matriculam mas nunca chegam a entrar em sala de aula. Outros, depois de um certo período, abandonam a escola e segundo explicações, tal fato se dá pela insatisfação dos pais com relação a qualidade do atendimento oferecido aos seus filhos (falta de professores, horário incompatível com a realidade do aluno, desentendimentos com a direção, falta de merenda, e outros), resultando na saída e/ou abandono de muitos alunos que, possivelmente foram engajados pelos pais em para exercer a atividade do trabalho. Portanto, em parte, trata-se de um motivo circunstancial.

Estudos e pesquisas realizados nos últimos anos a respeito do fracasso escolar apontam dois grandes determinantes desse fenômeno: os fatores extra e intra-escolares. No primeiro grupo estão os fatores relacionados com a realidade sócio-econômica a que está submetida a maioria da população brasileira, caracterizada pela condição de pobreza com todas as suas conseqüências. Esses fatores geram o fracasso escolar na medida em que criam entraves para que a criança pobre não tenha uma escolaridade regular.

Paralelo às variáveis extra-escolares há uma série de outros fatores que também geram ou mantêm o fracasso escolar, sobre as quais os educadores podem dar uma ação mais direta: são os determinantes intra-escolares. Estes são parte integrante do próprio sistema escolar. Alguns estudos destacam a distância cultural entre a escola pública e sua população majoritária através da inadequação do material didático, do conteúdo e da linguagem do professor (formação e treinamento); dos programas, das práticas escolares dentre outros.

A atuação docente que, na maioria, resume-se na simples transmissão de conteúdo, de forma expositiva, desvinculada da vivência do aluno e de sua realidade social, cabendo ao aluno a resolução mecânica de exercício de memorização de dados abstratos, recebidos passivamente numa relação de poder e obediência, também são apontados como fortes fatores para o fracasso escolar.

Nesta direção, pesquisas realizadas consideram que o fracasso não estaria tão ligado ao método, porém, muito mais aos conteúdos e às práticas pedagógicas por estarem distantes do aluno, de forma bem mais concreta, com o qual o professor se relaciona.

É bom assinalarmos que as condições de formação, de satisfação no trabalho e dos baixos salários que o professor percebe e que o transforma em verdadeiro "professor de aluguel", e que ele é obrigado a vender sua força de trabalho em várias instituições como forma de garantir sua subsistência são, na realidade, as mesmas condições que geram ou mantêm o fracasso escolar no mínimo no que se refere aos fatores intra-escolares.

Sendo assim, as pesquisas mostram que o baixo nível sócio-econômico das famílias e as precárias condições materiais e didático-pedagógicas das escolas, adiadas à atuação do professor, tiveram maior destaque na explicação para o fracasso escolar.

Partindo daí, conclui-se que a solução efetiva para o problema virá a partir de profundas transformações nos setores sócio-econômicos e políticos, que deverão resultar em profundas alterações na política educacional vigente, permitindo assim que as crianças das camadas menos favorecidas tenham condições efetivas de desfrutar dos benefícios do sistema escolar.

Por outro lado, isso não significa que o professor fique esperando por tais transformações para que as escolas, em função delas, se transformem. Tal posição implica em conformismo conservador e, conseqüentemente, numa alienação dos profissionais envolvidos. Nessa perspectiva a ação concreta e imediata que compete aos educadores será a de criar, descobrir e propor novas formas viáveis e efetivas para o enfrentamento do fracasso escolar. Só assim é que poderemos chegar a uma melhora efetiva na qualidade do ensino da escola pública brasileira.

5.3 - RESGATANDO A EDUCAÇÃO

De uns tempos para cá, falar da escola possível para o povo significa, antes de tudo, ter muita coragem para enfrentar o desânimo que tomou conta dos profissionais da educação. E então surgem as dúvidas: a escola necessária,

hoje, pode ser qualquer escola? A negação escolar às classes subalternas interessa a quem? O que a escola deve e pode fazer para instrumentalizar as classes subalternas com um saber que atenda a seus reais interesses de classe?

Em primeiro lugar não é qualquer escola que irá atender as atuais necessidades dos trabalhadores (dos futuros ou dos atuais). Em segundo, a negação do saber sempre interessou a burguesia, e por mais moderna que essa fosse, só investiu de fato na educação escolar de seus trabalhadores quando pressionada. Em terceiro e último, resta a certeza de que a construção da escola possível é uma tarefa política extremamente complicada, fruto de várias lutas.

No final dos anos de 1960 e início dos de 1970, surgiu uma nova crença: Educação e Democracia. Qualquer encontro ou debate de educadores tinha que abordar o tema “educação e desenvolvimento”. Espalhou-se por todo o país a crença na educação do povo, pois “*povo educado, país desenvolvido*” e na democratização da escola.

E hoje, mais uma vez a realidade nacional do ensino passa por uma revisão. Há anos vem ocorrendo a marginalização da escola real, a que chega às camadas populares subalternas. Parece que há um verdadeiro culto a “escolarização básica”, e que educação de qualquer jeito, por pior que seja, é melhor que educação nenhuma. A crescente reivindicação que as camadas populares vêm fazendo nas últimas décadas, uma pressão constante que reclama ao Estado sua entrada na escola, faz parte dessa revisão.

De certa forma, o Estado vem atendendo essas reivindicações e as camadas populares estão tendo acesso à escola. De certa forma, pois bem sabemos que a escola da grande massa popular em muito se diferencia da

escola que durante anos serviu e vem servindo aos filhos das camadas dirigentes e proprietárias – da burguesia. A rede escolar de ensino público está classificada, na melhor das hipóteses, em segunda ou terceira categoria. Isso porque após o ingresso de um aluno, dois ou três anos incompletos serão suficientes para sua expulsão forçada, pois necessita entrar precocemente no mercado de trabalho, por falta de condições materiais, psíquicas, motoras entre tantas outras. “Saíram porque o lugar delas não era esse, seu destino é o de trabalhadores desqualificados”, é o que se costuma dizer meio que para justificar, meio que para disfarçar a incompetência da rede escolar de ensino.

Independente da ação, a crítica deve permanecer a mesma: continua atual a função de classe que o sistema escolar sempre teve. E par o bem de todos é bom que os profissionais da educação permaneçam alertas contra o perigo de não se deixarem ofuscar pelo valor da escolarização em si. Não basta lutar por uma escola pública para todos. É preciso manter o interesse constante na busca de uma Escola Nova, com uma nova função social: a de responder os anseios das camadas populares.

Para isso, devemos continuar clamando por um verdadeiro projeto de educação nacional, que resgate os interesses das classes subalternas ao invés de defender os das classes dominantes. Caso contrário, será impossível acreditarmos num futuro mais justo, mais humano, enfim, melhor para todos.



6 - CONCLUSÃO

Quando analisamos o problema do ensino em nosso país deparamos com uma questão: Como aprender, onde e com quem aprender. Toda essa problemática perpassa na perpetuação de uma determinada ordem social que criou um sistema de ensino fechado, improdutivo, estamental e que não consegue disfarçar seu fracasso.

Fica difícil compreender um país no qual a ordem social de caráter desigual é reproduzida de acordo com o desejo das elites burguesas, onde os valores da cultura popular é substituído pelo ensino monopolizado e pouco eficiente no que diz respeito a integração social do indivíduo.

A questão é bem mais séria do que se imagina, pois compromete toda uma massa que se resignou a denominação de "semi-analfabetos" ou analfabetos completos. É toda uma multidão que corre o sério risco de servir, por um lado, aos interesses manipulativos das elites e, por outro, como massa alienada da realidade política, econômica e social de todo um país servindo a um Estado perverso, no mais literário dos sentidos.

É chegada a hora de se revisar preceitos básicos como, o de não confundir educação com escolarização. Formar uma *Nova Escola*, que atenda os reais anseios e necessidades do povo, pois sabemos que não basta apenas compreender sua realidade, é necessário, acima de tudo, lutar por transformações, mudanças reais e urgentes. Enfim, é chegado o momento de partirmos dos discursos eloqüentes de pedagogos brilhantes e dos projetos "perfeitos", contudo utópicos, para uma prática efetiva, que promova uma educação de qualidade que liberte e transforme indivíduos anônimos em cidadãos, com plena consciência do todo no qual está inserido, desse todo chamado Nação.

7 - BIBLIOGRAFIA

- 1 - ARROYO, Miguel G. (org.). Da escola carente à escola possível. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 183 p.
- 2 - BANDEIRA, Moniz. O governo de João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- 3 - BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- 4 - BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). A questão política da educação popular. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 198 p.
- 5 - BEZERRA, Eufrásio Alves; BEZERRA, Alves Aldenice. O cotidiano escolar: O fracasso da prática ou a prática do fracasso? Manaus: INEP, 1994.
- 6 - COSTA, Beatriz; WEIS, Bernard Von Der. Para analisar uma prática de educação popular. Educação popular: um depoimento. 4. Ed. Petrópolis: vozes, 1989. 69 p.
- 7 - CUNHA, Luís Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: 1980. 293 p.
- 8 - CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 95 p.
- 9 - FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- 10 - FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- 11 - FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- 12 - FURTER, Pierre. Educação e reflexão. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- 13 - GARCIA, Walter Esteves. Educação: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill, 1977. 173 p.
- 14 - GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.
- 15 - NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma escola para o povo. 21. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 16 - PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993. 385 p.
- 18 - RAMOS, Cosete. Excelência na educação: a escola de qualidade total. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992. 163 p.
- 19 - RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1986. 120 p.

